

[Estado negligente estimula escalada da violência doméstica, aponta relatório sobre Roraima](#)

Uma pesquisa da Human Rights Watch realizada em Roraima - o [Estado brasileiro com maior taxa de homicídios de mulheres](#) - revelou a ineficácia do poder público em cumprir suas próprias legislações e garantir os direitos das mulheres, em um cenário de negligência e omissão que permite a escalada da violência doméstica e familiar em muitos casos.

(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 21/06/2017)

Com 26 páginas, o relatório [‘Um dia vou te matar’: impunidade em casos de violência doméstica no estado de Roraima](#) foi lançado nesta quarta-feira (21/06) na sede da organização internacional de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch em São Paulo. A publicação descreve os graves problemas encontrados no estado, que refletem as mesmas falhas observadas em todo o país para que haja de fato acesso à justiça e proteção contra a violência. “Muitas mulheres em Roraima sofrem abusos, violências e agressões durante anos antes de procurar a polícia. E, quando o fazem, a resposta das autoridades é péssima”, destaca a diretora da Human Rights Watch no Brasil Maria Laura Canineu.

Segundo a diretora, o Brasil conquistou importantes avanços legislativos desde que a organização fez seu primeiro estudo sobre a violência contra as mulheres no país, em 1991, como a promulgação da [Lei Maria da Penha](#), hoje tida como uma referência para outros países, e a [tipificação do feminicídio no Código Penal](#). “Mas esses direitos ainda não são realidade, há muitas falhas em todo o país”, ressalta.

“O que vimos em Roraima não é novo, é o que outros estudos já apontam como um padrão no Brasil. Vimos a violência doméstica e familiar atingir mulheres de todas as classes, idades e cores. Vimos que elas sofrem abusos por muitos anos antes de procurar ajuda e que a escalada da violência é frequente. Os filhos, em muitos casos, também são vítimas, seja por testemunharem a violência contra a mãe ou por também sofrerem diretamente agressões. E a resposta do Estado é decepcionante”, descreve César Muñoz Acebes, pesquisador-sênior da organização, que atuou na pesquisa e realizou levantamentos e diversas entrevistas em Roraima.

Confira repercussão:

[Por que Roraima virou o estado que mais mata mulheres no Brasil \(Catraca Livre, 22/06/2017\)](#)
[Quais fatores fazem de Roraima o Estado que mais mata mulheres no Brasil \(Nexo, 22/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG \(Correio Braziliense, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG \(Istoé, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado que mais mata mulheres no Brasil, diz estudo da Human Rights Watch \(HuffPost Brasil, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado mais “letal” para mulheres, diz relatório \(CartaCapital, 21/06/2017\)](#)

[ONG faz radiografia da violência no estado líder em feminicídio no Brasil \(O Globo, 21/06/2017\)](#)

[Número de homicídio de mulheres em RR cresce 139% e estado é o mais 'letal' para o sexo feminino, aponta ONG \(G1, 21/06/2017\)](#)

['Um dia vou te matar': um estudo alarmante sobre assassinatos de mulheres \(Rede Brasil Atual, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG \(Agência Brasil, 21/06/2017\)](#)

[Estado com maior taxa de feminicídio, Roraima tem uma única delegacia da mulher \(Ponte Jornalismo, 21/06/2017\)](#)

[Em Roraima, mais da metade das investigações de violência doméstica prescrevem sem alguém ser acusado \(Emais, 21/06/2017\)](#)

Falta capacitação e serviços, sobra machismo

Os problemas identificados no estudo passam por fatores estruturais, como a necessidade urgente de expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em Roraima, uma vez que atualmente existe no estado apenas uma unidade, localizada na capital Boa Vista, a centenas de quilômetros de algumas comunidades.

Além de ser responsável por atender todas as 255.000 mulheres de Roraima, esta única DEAM só funciona de segunda a sexta e durante o horário comercial. “As delegacias precisam estar abertas nos horários de maior incidência da violência doméstica e familiar, que sabemos ser muito frequente à noite e nos finais de semana”, reforça a diretora da Human Rights Watch no Brasil, Maria Laura Canineu.

Os obstáculos passam também por práticas discriminatórias e violadoras de direitos, que revelam a banalização e desconhecimento sobre a violência de gênero pelos profissionais que atuam nos serviços e a omissão e negligência de suas instituições.

A pesquisa encontrou, por exemplo, casos em que a autoridade policial se recusou a registrar o boletim de ocorrência a partir da denúncia de crimes pelas mulheres nas delegacias não especializadas. Foi o que aconteceu com Priscila, um dos 31 casos documentados pela Human Rights Watch no estudo:

“Durante oito anos, Priscila, 42, sofreu com frequência agressões físicas e violência verbal do parceiro. ‘Lais’, a filha de 13 anos de Priscila, testemunhou a violência. Na noite de sábado de 3 de dezembro de 2016, o parceiro de Priscila a arrastou para fora de casa e, segundo Lais, agrediu-a na cabeça, no rosto e no braço, no meio da rua. Ele parou apenas quando o filho de Priscila se colocou na frente dele para proteger a mãe. Lais chamou a polícia

militar, que veio, mas nada fez. Às 3h da manhã de domingo, Priscila e Lais caminharam por uma hora para chegar a uma delegacia de polícia não especializada. Um policial lhes disse que deveriam esperar até segunda-feira para fazer a denúncia da agressão na delegacia da mulher.”

Lacunas no primeiro atendimento e medidas protetivas

O relatório descreve ainda outros sérios obstáculos para o acesso à justiça, como boletins de ocorrência que não são investigados e, quando são, inquéritos que não são concluídos, arrastando-se por anos até a prescrição dos crimes. Além disso, muitas vezes, sequer o depoimento da vítima é tomado quando a mulher busca a delegacia; e quando isso ocorre, ela tem que fazer o relato das violências sofridas na recepção do equipamento, diante de outras pessoas, ou seja, sem nenhuma privacidade.

“O comum é se fazer um resumo de um ou dois parágrafos do que a mulher relatou no BO e o policial diz que irá ligar pra pegar o depoimento depois. Muitas vezes, porém, os policiais não ligam por falta de efetivo ou ligam, mas algum tempo depois, e a mulher, ameaçada, já mudou o telefone. Esse seria um problema muito fácil de resolver, é possível pegar o depoimento da vítima ali na hora e inclusive, muitas vezes, já colher o depoimento de testemunhas também, pois é comum parentes e amigos que sabem da violência acompanharem a mulher nesse momento”, explica o pesquisador da Human Rights Watch.

A falta de informações sobre o caso se traduz também em dificuldades de acesso às medidas protetivas de urgência - mecanismo previsto na Lei Maria da Penha para que se adotem ações para preservar a integridade física e psicológica das vítimas, como afastar o agressor. Essas ações precisam ser adotadas rapidamente em uma situação de emergência e, portanto, as medidas protetivas devem ser aplicadas de modo independente de procedimentos mais demorados, como a instauração de inquéritos ou o desenrolar de um processo penal.

“Faltam informações básicas nos pedidos de medidas protetivas, o que dificulta a sua expedição”, aponta César Muñoz . Além disso, quando concedidas, as medidas muitas vezes não são fiscalizadas, já que somente na capital, Boa Vista, há uma Patrulha Maria da Penha, ou seja, lá existe um efetivo da guarda municipal dedicado a acompanhar as mulheres com a proteção.

“Os obstáculos encontrados pelas mulheres geram uma sensação de impunidade que permite a escalada da violência, o que sabemos pode chegar ao feminicídio”, aponta o pesquisador da organização.

De acordo com o relatório, em todos os casos estudados as mulheres afirmaram ter sofrido violência psicológica. Em 19 dos 31 casos, a violência psicológica escalou para violência física, incluindo cinco casos de violência sexual. A publicação informa ainda que Roraima chegou a registrar uma taxa de 11,4 homicídios por 100 mil mulheres em 2015, enquanto a média do Brasil é de 4,4 assassinatos para cada 100 mil mulheres - o que já representa uma das maiores taxas no mundo.

Recomendações

Diante do cenário de violações, a Human Rights Watch incluiu recomendações aos serviços de Roraima e ao Estado brasileiro no relatório. Confira um trecho da publicação:

“Roraima, e todo o Brasil, precisam fazer muito mais para responder ao grave problema da violência doméstica. Para entender melhor a sua dimensão, a polícia e o sistema de justiça em Roraima e nos outros estados devem começar a coletar e publicar dados abrangentes sobre o número de ocorrências registradas, investigações, casos em que há oferecimento de denúncia, processos judiciais e os resultados desses processos, assim como o número de homicídios de mulheres e quantos são possíveis feminicídios conforme a definição da lei brasileira.

É crucial que as autoridades reduzam os obstáculos que as mulheres e meninas enfrentam para fazer suas denúncias. Para tanto, Roraima deve expandir sua delegacia da mulher, em número de funcionários e no horário de funcionamento. As autoridades do estado devem garantir que todas as delegacias tenham salas que forneçam privacidade e confidencialidade às vítimas.

Os policiais civis devem realizar as oitivas completas das vítimas de forma imediata quando elas forem a qualquer delegacia e devem fazer investigações completas e rápidas de todas as denúncias. Para atender a esses padrões básicos, será necessário treinamento especializado para policiais civis e militares que lidam com casos de violência doméstica, e a criação de protocolos escritos detalhados sobre como atender ligações de emergência e como registrar e processar as ocorrências e pedidos de medidas protetivas das mulheres. As corregedorias devem disciplinar policiais que não cumprirem os regimentos e protocolos internos, a Lei Maria da Penha e outras legislações ao lidar com casos de violência doméstica. Os defensores públicos e, especialmente, os promotores, devem notificar as corregedorias sobre casos de negligência policial.

Além disso, a Defensoria Pública deve designar pelo menos mais um defensor público para representar as mulheres em casos de violência doméstica no estado de Roraima, sobretudo aquelas que vivem fora de Boa Vista e que atualmente teriam que viajar até a capital para ter acesso a esses serviços. Por fim, o poder judiciário em Roraima deve trabalhar com as autoridades municipais e estaduais para garantir que a guarda municipal ou a polícia militar monitore todas as medidas protetivas.”

[Acesse o relatório na íntegra](#) e confira o vídeo da organização sobre a publicação:

[DataSenado: Aumentam as denúncias de mulheres contra a violência doméstica](#)

Pesquisa DataSenado divulgada esta semana pelo Instituto Patrícia Galvão mostra que o número de mulheres que declararam ter sido vítimas de violência doméstica aumentou drasticamente. Os dados que se mantiveram estáveis nos anos anteriores, agora deram um salto. Quase 30% das mulheres entrevistadas relataram já ter sofrido algum tipo de violência dentro de casa.

Assista ao vídeo da reportagem:

Saiba mais: [DataSenado: mulheres reconhecem mais a violência doméstica, mas faltam serviços e informações sobre direitos \(Agência Patrícia Galvão, 07/06/2017\)](#)

Acesse no site de origem: [Aumentam as denúncias de mulheres contra a violência doméstica \(TVT, 10/06/2017\)](#)

Denúncias de abuso sexual crescem no Metrô de SP; veja os horários mais perigosos

Pela manhã, as mulheres que se deslocam de trem ou de metrô por São Paulo têm mais chances de sofrer uma “encoxada” ou ter partes íntimas tocadas sem consentimento. Isso é o que apontam os dados de ocorrências registradas pela Delpom (Delegacia de Polícia do Metropolitano), obtidos pelo UOL por meio da Lei de Acesso à Informação.

[\(Folha de S.Paulo, 12/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Leia também:

[Estação Tatuapé lidera casos de violência doméstica contra a mulher no Metrô de SP e na CPTM](#)

[Gritei que ele era louco e denunciei para evitar crimes, diz abusada no metrô](#)

Entre janeiro e outubro do ano passado, o Metrô e a CPTM registraram 168 casos de abuso sexual em suas dependências. Desses, 31 ocorreram entre 8h e 8h59. O segundo horário com mais registros é entre 7h e 7h59, com 24 episódios desse tipo. Há picos de ocorrências também das 18h às 18h59 (20 casos) e das 19h às 19h59 (15 registros).

Os números levam em conta três tipos de casos: estupro e violação sexual mediante fraude (que são crimes previstos no Código Penal e passíveis de prisão) e importunação ofensiva ao pudor (que não é considerado crime, e sim contravenção em que a pena prevista é uma multa).

Houve um aumento expressivo de registros de abuso nos últimos cinco anos: em 2012, foram oito ocorrências; em 2013, subiu para 17; em 2014, foram 70. Somadas as três categorias, foram 168 registros de abusos em todo o ano de 2015.

“Eu não acho que aumentou a prática do abuso sexual. Eu acho que cresceu a participação das mulheres e a conscientização por seus direitos. Isso é um movimento de mudança”, diz a defensora pública Ana Rita Souza Prata, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

Para ela, no entanto, o número de casos deve ser bem maior do que o registrado. “A gente tem uma subnotificação de violência sexual em todos os espaços, não só no metrô, por conta da vergonha, do sentimento de culpa que muitas sentem. Há também uma descrença nos sistemas de Justiça e policial. No caso do metrô, é preciso levar em conta que a mulher está em trânsito,

ela tem compromissos e sabe que esse registro demora, então acaba priorizando outras coisas”, afirma.

Para a advogada Marina Ruzzi, o sentimento de vergonha faz com que muitas mulheres queiram simplesmente esquecer o que aconteceu e não registrem a ocorrência. “Há também a barreira institucional, de forma que, quando as mulheres denunciam, muitas vezes não têm sua palavra levada a sério, ou seu caso é tratado como se fosse de menor importância”, diz ela.

Por Marcelle Souza e Caio do Valle

Estação Tatuapé lidera casos de violência doméstica contra a mulher no Metrô de SP e na CPTM

Estações cheias, câmeras e seguranças não são suficientes para impedir que mais de duas mulheres sejam agredidas por mês na rede do Metrô e da CPTM (Companhia de Transportes Metropolitanos) em São Paulo. Segundo registros da Delpom (Delegacia de Polícia do Metropolitanos), obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, desde 2012 são cerca de 30 ocorrências de violência doméstica por ano na rede.

(Folha de S.Paulo, 12/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

Leia também: [Denúncias de abuso sexual crescem no Metrô de SP; veja os horários mais perigosos](#)

A Lei Maria da Penha define violência doméstica contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Normalmente, são casos em que namorados (ou ex) e maridos (ou ex) agredem suas companheiras. A lei, no entanto, abrange outras relações, como pais e filhas, filhos e mães, por exemplo. Ela também já foi adotada em agressões ocorridas em relações homossexuais.

Entre janeiro de 2012 e outubro de 2016, foram 147 boletins de violência doméstica. A estação com maior número de ocorrências foi a do Tatuapé, do Metrô e da CPTM, com 16 casos. Outras três estações da linha 3-vermelha -Sé, Barra Funda e Itaquera- registraram mais de dez casos de violência dessa natureza no período.

Segundo a advogada Marina Ruzzi, esses números são difíceis de interpretar, porque há uma subnotificação dos casos de violência doméstica, que vão muito além da agressão física. “A violência de gênero é algo ainda naturalizado em nossa sociedade. Os homens se sentem à vontade para praticar esse tipo de violência em público, pois realmente acreditam que não estão fazendo nada de errado e que sairão impunes desses seus atos”, diz.

As ocorrências estão distribuídas em vários pontos na rede do Metrô e da CPTM em São Paulo

e há casos tanto em estações centrais como em periféricas, por exemplo Trianon-Masp, Vergueiro, Pirituba, Portuguesa-Tietê, Vila Mariana, Santana, Engenheiro Goulart e Santo Amaro.

“A violência doméstica é praticada a partir de uma desigualdade na relação. Normalmente a pessoa que pratica a violência entende que tem poder sobre a outra. Por isso, não me espanta que ache que pode praticá-la em qualquer lugar”, afirma a defensora pública Ana Rita Souza Prata, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

Uma pesquisa realizada pelo Data Popular e pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013 mostrou que sete em cada dez brasileiros consideram que as mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Ainda de acordo com o estudo, metade dos entrevistados acredita que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa e 54% conhecem alguma mulher que já sofreu agressão do parceiro.

Denúncias

Segundo dados da SSP (Secretaria da Segurança Pública) de São Paulo, em outubro deste ano foram 880 boletins de ocorrência de lesão corporal dolosa e 803 de ameaça contra mulheres nas delegacias da capital. Os números oficiais, porém, são subnotificados por medo e vergonha das vítimas.

“Não temos ainda uma cultura de denúncia no Brasil. As mulheres ainda são submetidas a uma mordada moral que as silencia na hora de procurar ajuda e reparação. As pessoas que eventualmente testemunham esses fatos muitas vezes temem se meter no que seria uma ‘briga de marido e mulher’. Romper esse tipo de comportamento é um passo muito importante para que consigamos proteger as mulheres e alcançar uma sociedade mais igualitária e justa”, afirma Ruzzi.

Em 2015, o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, que atende essas denúncias, recebeu 76.651 relatos de violências, sendo que 50,15% delas eram físicas, 30,33% psicológicas e 7,25% morais. Em 72% dos casos, os agressores tinham algum vínculo afetivo com a vítima, ou seja, eram atuais ou ex-maridos, namorados ou amantes.

A defensora diz que quem presenciar um ato de violência contra a mulher, no Metrô ou não, deve chamar a polícia, seguranças ou guardas civis. “Não é um problema só daquela pessoa”, diz.

Apesar de ser difícil romper o ciclo de violência, ela afirma que as mulheres que sofrem violência doméstica também devem procurar centros de referência, grupos de apoio, o Ministério Público ou a Defensoria. “É importante buscar um equipamento especializado para se sentir fortalecida, porque o processo é longo e a Justiça não dá uma resposta tão rápida quanto muitas esperam.”

A Secretaria de Transportes Metropolitanos diz que as vítimas podem contar com uma rede de apoio formada pelos agentes de segurança e funcionários das estações. “Os passageiros também podem colaborar por meio do serviço SMS-Denúncia do Metrô (97333-2252) e da CPTM (97150-4949), que garantem total anonimato ao denunciante. A mensagem é recebida no Centro de Controle de Segurança, que destaca os agentes mais próximos para verificação imediata e providências.”

Um em cada quatro policiais de DEAM acredita que a violência pode ser justificada

Embora 57% tenham declarado que a violência contra as mulheres “não pode ser justificada”, 28% consideraram que “pode ser justificada tanto pelo comportamento do homem quanto pelo comportamento da mulher”

Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal divulga resultados de pesquisa DataSenado com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)

28% dos policiais entrevistados acreditam que a violência pode ser justificada tanto pelo comportamento do homem quanto da mulher



Embora 57% das pessoas entrevistadas tenham declarado que a violência contra as mulheres “não pode ser justificada”, 28% consideraram que a violência “pode ser justificada tanto pelo comportamento do homem quanto pelo comportamento da mulher”, e 13% afirmaram que “pode ser justificada somente pelo comportamento do homem”. Vale registrar também que a opção que culpabiliza parcialmente as mulheres chegou a 39% entre os policiais com mais de 20 anos de experiência no atendimento às mulheres em situação de violência.

Sobre a pesquisa

Em trabalho inédito, o Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) e o Alô Senado, realizou pesquisa em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) de todo o Brasil.

Foram entrevistados 625 profissionais de 357 DEAMs brasileiras, resultando em um panorama das equipes, treinamento e dificuldades no cotidiano de trabalho nessas delegacias especializadas, que são uma das principais portas de socorro às mulheres em situação de violência. Quase metade das DEAMs pesquisadas (48%) atende exclusivamente mulheres, enquanto 42% dividem atendimento com outros grupos, como crianças, adolescentes e pessoas idosas. Também 48% dessas delegacias têm mais de 10 anos de funcionamento e 79% contam com uma delegada ou um delegado exclusivo.

[Para saber mais e acessar a íntegra da pesquisa, clique aqui](#)

[Confira pesquisa inédita sobre violência sexual contra as mulheres no Brasil](#)

Pesquisa capta contradições: enquanto culpabilização das vítimas segue presente, questionamentos ao machismo ganham força na percepção da população: 96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a ter medo.

(Agência Patrícia Galvão, 12/12/2016) [Acesse o estudo na íntegra neste link](#)

76% das mulheres e 67% dos homens consideram que a impunidade é o principal motivo para que um homem cometa uma violência sexual contra uma mulher. É o que mostra a pesquisa inédita realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

[Confira repercussão na mídia sobre a Pesquisa Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva "Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil"](#)

39% das mulheres entrevistadas afirmaram que já foram pessoalmente submetidas a algum tipo de violência sexual. Fazendo uma projeção é possível estimar que 30 milhões de brasileiras já foram vítimas de violência sexual.

A naturalização da violência contra as mulheres também aparece na pesquisa: espontaneamente, apenas 11% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido alguma forma de violência sexual, número que sobe a 39% quando são apresentadas a uma lista de situações que se configuram como agressões sexuais. Em relação aos homens, espontaneamente apenas 2% admitem ter cometido violência sexual, mas diante da lista de situações, 18% reconhecem terem praticado a violência.

Diferentes situação de violência sexual
Create your own infographics

Espontaneamente, 37% afirmam conhecer alguma mulher que já foi vítima de violência sexual; mas diante de uma lista de situações, 55% declaram já ter presenciado ou ficado sabendo de algum caso.

Para 94% das mulheres e 91% dos homens, é considerada violência sexual uma mulher ter fotos ou vídeos íntimos divulgados sem sua autorização.

No ambiente de segurança pública o que acontece com o homem que comete violência sexual e com a vítima que denuncia a violência?

Quando questionados sobre o que acham que acontece com um homem que comete violência sexual, 52% consideram que não acontece nada, enquanto 29% acreditam que o agressor é preso.

O estudo revela que, para 59% dos entrevistados, as vítimas de violência sexual que denunciam não recebem o apoio de que precisam e que 54% acreditam que as vítimas não contam com o apoio do Estado para denunciar o agressor.

74% afirmam que nenhum delegado deveria perguntar para uma mulher vítima de estupro como ela estava vestida e 54% acreditam que procurar uma justificativa para o estupro no comportamento da vítima significa culpar a mulher. Nove de dez entrevistados (90%) consideram que quem presencia ou fica sabendo de um estupro e fica calado também é culpado.

No âmbito das políticas públicas, 96% dos entrevistados são favoráveis a que o governo disponibilize a pílula do dia seguinte para mulheres vítimas de violência sexual e 75% declaram que são a favor de que as mulheres tenham direito a aborto legal em caso de gravidez decorrente de um estupro.

Já no caso das relações consentidas, 78% das mulheres e 74% dos homens consideram violência sexual ter relação sem preservativo porque o parceiro não aceita.

Sobre causas e fatores da violência sexual

Ao abordar as percepções da população sobre as causas e fatores da violência sexual, a pesquisa revela que 69% das brasileiras associam a violência sexual ao machismo, enquanto que para 42% dos homens a violência sexual acontece porque a mulher provoca.

Quando perguntados sobre os motivos pelos quais um homem comete violência sexual contra uma mulher, brasileiros e brasileiras concordam com frases que ‘justificam’ a violência: para 67% o homem comete violência sexual porque ‘não consegue controlar seus impulsos; para 58%, porque bebe ou usa droga; e para 32% porque tem problema mental.

Sobre estupro

Na percepção da população sobre o estupro chama atenção que 49% avaliam que a maior parte dos estupros acontece dentro de casa e 64% concordam que o estupro muitas vezes é um colega de escola ou de trabalho.

O estudo revela que 97% das mulheres e homens consideram que sexo sem consentimento sempre é estupro. O mesmo percentual (97%) concorda que ‘sóbria, chapada, vestida ou pelada, nenhuma mulher merece ser estuprada’.

A pesquisa mostra que 89% dos entrevistados afirmam que estar bêbado não é justificativa para um homem abusar de uma mulher.

Para 74%, a mídia reforça comportamentos desrespeitosos com as mulheres; e 96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a ter medo.

A pesquisa

A pesquisa “Violência Sexual - Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil”

ouviu 1.000 pessoas de ambos os sexos, com 18 anos ou mais, em 70 municípios das cinco regiões, entre os dias 6 e 19 de julho de 2016.

O estudo na íntegra está disponível [neste link](#).

Dados e fatos sobre violência contra as mulheres

A *Agência Patrícia Galvão* selecionou alguns destaques das principais pesquisas sobre os vários tipos de violência de gênero ([para mais dados e contatos de fontes especializadas: acesse o Dossiê Violência Contra as Mulheres](#)):



Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015)

Dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013.

O Mapa da Violência 2015 revela ainda que, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. De 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 para 4.762, ou seja, mais de 21% na década.

Homicídio de negras aumenta 54% em 10 anos – O Mapa também mostra que a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Chama atenção que no mesmo período o número de homicídios de mulheres brancas tenha diminuído 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

Acesse a pesquisa na íntegra: [Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil \(Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015\)](#)

85% das mulheres brasileiras têm medo de sofrer violência sexual



37% dos homens e mulheres entrevistados concordam que “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”. Entre as mulheres a concordância com essa frase cai para 32%, enquanto que entre homens sobe a 42%. A boa notícia é que a tendência a culpar a vítima aumenta com idade e diminui com mais educação. 91% concordam que “temos que ensinar meninos a não estuprar”.

Estes são alguns dos destaques da pesquisa sobre [percepção da população brasileira sobre violência sexual realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha em 2016](#).

3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, aponta [pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular \(nov/2014\)](#).



37% das jovens também afirmam ter tido relação sexual sem preservativo por insistência do parceiro. A pesquisa revela também altos índices de naturalização da violência nos relacionamentos, que é mais associada a agressões físicas. Embora apenas 8% das mulheres admitam espontaneamente já terem sofrido violência do parceiro e só 4% dos rapazes reconheçam que já tiveram atitudes violentas contra parceiras, diante de exemplos de atos violentos como ameaçar, xingar, humilhar, controlar, impedir de sair ou de usar determinada roupa, entre outros, 55% dos homens declararam ter realizado tais práticas e 66% das mulheres afirmaram ter sido alvo de alguma das ações citadas no questionário por parte do parceiro.



Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil

Pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, revelou que 7 em cada 10 entrevistados consideram que as brasileiras sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos, sendo que metade avalia ainda que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa.

Os dados revelam que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados, de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um

homem que já agrediu uma parceira. E 69% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres.

[Veja outros destaques](#) ou [acesse a pesquisa na íntegra: *Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres*](#)

Cem por cento das brasileiras sabem da existência da Lei Maria da Penha

Desde 2009 a pesquisa DataSenado pergunta às entrevistadas se já ouviram falar da Lei Maria da Penha e sempre registra um elevado percentual de conhecimento sobre a existência da lei: em 2011 eram 98%, e em 2013, 99%. Em 2015, praticamente 100% das entrevistadas declararam saber da Lei.

Ao mesmo tempo, em relação aos anos anteriores, menos mulheres acreditam que a proteção à mulher melhorou com a Lei Maria da Penha. Hoje, 56% apontam estar mais protegidas. Em 2013, eram 66%.

Uma em cada cinco declara já ter sofrido algum tipo de violência; dessas mulheres, 26% ainda convivem com o agressor.

O Jornal do Senado explica o tema: www.senado.leg.br/mariadapenha

A íntegra da pesquisa DataSenado: [Pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher \(DataSenado, 2015\)](#).

Pesquisa do Ipea sobre assassinatos de mulheres destaca necessidade de tipificação penal para o feminicídio

No Brasil, entre 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30. Os dados foram divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em uma pesquisa inédita, que reforçou as recomendações realizadas em julho pela CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que avaliou a situação da violência contra mulheres no Brasil.

Saiba mais sobre a pesquisa [Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil - dados corrigidos sobre taxas de feminicídios e perfil das mortes de mulheres por violência no Brasil e nos estados](#)

Seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica.

- Machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como principais fatores que

contribuem para a violência.

- 94% conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem seu conteúdo. A maioria das pessoas (60%) pensa que, ao ser denunciado, o agressor vai preso.

- 52% acham que juízes e policiais desqualificam o problema. Esses são alguns dos achados da *Pesquisa Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil*, realizada pelo

Instituto Avon / Ipsosentre 31 de janeiro a 10 de fevereiro de 2011. [Saiba mais](#)



91% dos homens dizem considerar que “bater em mulher é errado em qualquer situação”.

- Uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”.

- O parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais de 80% dos casos reportados.

- Cerca de seis em cada sete mulheres (84%) e homens (85%) já ouviram falar da Lei Maria da Penha e cerca de quatro em cada cinco (78% e 80% respectivamente) têm uma percepção positiva da mesma.

A *Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado* foi realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC. [Saiba mais](#)



Balanco do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher

Em 2015, o Ligue 180 realizou 749.024 atendimentos - uma média de 62.418 por mês e 2.052 por dia -, número 54,40% maior do que o registrado em 2014 (485.105). Do total de atendimentos em 2015, 41,09% corresponderam à prestação de informações; 9,56%, a encaminhamentos para serviços especializados de atendimento à mulher; 38,54%, a encaminhamentos para outros serviços de teleatendimento (190/Polícia Militar, 197/Polícia Civil, Disque 100/SDH).

Em comparação a 2014, houve aumento de:

44,74% no número de relatos de violência

325% de cárcere privado (média de 11,8/dia)

129% de violência sexual (média de 9,53/dia)

151% de tráfico de pessoas (média de 29/mês)

Desde sua criação em 2005, a Central de Atendimento à Mulher já registrou 4.823.140 atendimentos. [Saiba mais](#)

Serviços de Atendimento à Mulher disponíveis no país

O Brasil tem mais de 5.550 municípios e apenas:

497 delegacias especializadas de atendimento à mulher e 160 núcleos especializados dentro de distritos policiais comuns

235 centros de referência especializados (atenção social, psicológica e orientação jurídica)
72 casas abrigo
91 juizados/varas especializadas em violência doméstica
59 núcleos especializados da Defensoria Pública
9 núcleos especializados do Ministério Público
Fonte: [Secretaria de Políticas para as Mulheres](#)

Entre no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres para ter acesso à [relação de serviços de atendimento específicos para mulheres \(separados por Estado\)](#)

▶ [Para mais dados e contatos de fontes especializadas: acesse o Dossiê Violência Contra as Mulheres](#)

[Pesquisa nacional inédita revela percepção e conhecimento da sociedade sobre o tráfico de mulheres](#)

(Associação Mulheres pela Paz, 01/08/2016) Dentre os inúmeros resultados da pesquisa está o dado surpreendente de que 96% das pessoas entrevistadas acreditam que há tráfico de mulheres no Brasil, sendo que 82% avaliam que isso ocorra em sua própria cidade, o que descarta a crença vigente de que o tema é lenda urbana ou assunto fictício de novela.

Com realização da Associação Mulheres pela Paz e execução do Datafolha Instituto de Pesquisas, os resultados completos, constantes da publicação anexa, foram divulgados em evento no dia 29 de julho (sexta-feira), às 9h, no Hotel Boulevard, situado à Av. São Luís, 234, no centro de São Paulo. Em seguida, houve um seminário de capacitação sobre a temática, com a presença de lideranças brasileiras que atuam na rede de enfrentamento à violência contra a mulher, de ONGs, órgãos governamentais e universidades. A etapa qualitativa contou com a participação de dez especialistas no tema, das diversas regiões brasileiras, que estiveram presentes no lançamento como comentaristas. Foram entrevistadas 1.585 pessoas na etapa quantitativa, de oito capitais brasileiras: Florianópolis/SC (região Sul); Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP (região Sudeste); Goiânia/GO (região Centro-Oeste); Natal/RN e Fortaleza/CE (região Nordeste); e Belém/PA (região Norte).

O tráfico de seres humanos é a terceira maior atividade criminosa do mundo, superada apenas pelo tráfico de armas e drogas. Calcula-se um lucro anual de quase 32 bilhões de dólares. Aproximadamente 83% das vítimas são mulheres, a maioria para fins de exploração sexual, entre 18 e 29 anos, pobres e com baixa escolaridade. Dentre as demais finalidades, estão o trabalho análogo à escravidão, adoção ilegal de crianças e adolescentes – que inclui servidão doméstica – e venda de órgãos. Cerca de 2,4 milhões de pessoas são traficadas por ano, mundialmente. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) aponta como causas principais a ausência de oportunidades de trabalho; a discriminação de gênero; a instabilidade política, econômica e civil; a violência doméstica; a emigração indocumentada; o turismo sexual; a

corrupção de funcionários públicos; as leis deficientes.

O problema foi reconhecido como uma questão global e transnacional significativa somente em 2000, por ocasião da Convenção de Palermo das Nações Unidas, resultando no primeiro conjunto importante de políticas internacionais de prevenção, repressão e responsabilização. O Brasil é considerado país de origem, destino e circulação, envolvendo ao menos 241 rotas nacionais e internacionais, conforme revelou, em 2002, a Pestraf (Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Crianças, Mulheres e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual). Foi em 2004, que o governo brasileiro ratificou o Protocolo de Palermo e passou a adotar medidas visando enfrentar a grave questão.

Os recursos para este projeto são provenientes de uma emenda parlamentar de 2014, de Luiza Erundina de Sousa, deputada federal pelo estado de São Paulo, viabilizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça. O projeto também é apoiado pela Fundação Ford e PWAG (Suíça). A parceria nacional, como nos anos anteriores em que a entidade levou a cabo, Brasil afora, seminários e painéis sobre o tema, continua a ser com a Rede Mulher de Educação, União de Mulheres de São Paulo, Geledés Instituto da Mulher Negra e Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres.

Acesse o relatório da [Pesquisa Percepção da sociedade sobre o tráfico de mulheres \(Associação Mulheres pela Paz/Datafolha, 2016\)](#)

Cepia divulga pesquisa sobre serviços de responsabilização de homens agressores

(Tainah Fernandes/Agência Patrícia Galvão, 25/07/2016) A Cepia, ONG do Rio de Janeiro que atua na execução de projetos que contribuem para a ampliação e efetivação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania, divulgou nesta segunda-feira (25) pesquisa realizada com grupos de atendimento de homens agressores voltados a reeducação ou ressocialização desses indivíduos que praticaram violências contra mulheres.

A pesquisa foi realizada entre 2014 e 2015 e surgiu a partir de uma primeira pesquisa, realizada em parceria com a ONU Mulheres, com operadores do Direito para avaliar a aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, explica Leila Linhares Barsted, coordenadora executiva da Cepia. “A ONU, a partir daí, interessou-se em focar os homens, já que estão previstas na Lei ações de ressocialização desses homens agressores. Começamos então um levantamento dos serviços do estado do Rio de Janeiro, depois os de São Paulo e então de todos os estados brasileiros”, explica.

Segundo Leila, os resultados podem ser considerados subjetivos, já que a pesquisa ouviu os profissionais que atuam nos serviços e não os agressores. Entre os relatos destacam-se os de que, em sua maioria, os homens se sentem vitimados pela situação, consideram que não mereciam ou não precisariam estar ali e acham que foram traídos pelas companheiras que os denunciaram. Como aspecto positivo: não foram relatados casos de reincidência por parte

desses agressores.

Para melhorar esse trabalho, Leila Linhares sugere que os serviços sigam os preceitos previstos na Lei Maria da Penha, para que as ações possam acontecer de maneira unificada, e implantem também um método de avaliação com indicadores concretos. “Não temos como ter certeza se essa taxa de não reincidência é real, pois vítima e agressor podem ter se separado ou a vítima pode não ter apresentado outras queixas”, finaliza Leila Linhares.

Acesse a o PDF da pesquisa: [Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência \(Cepia, 2016\)](#)

Brasil é 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres. Confira repercussão dos números do Mapa da Violência 2015

(Agência Patrícia Galvão, 09/11/2015) Entre 2003 e 2013, o número de mulheres mortas em condições violentas passou de 3.937 para 4.762, registrando um aumento de 21% na década. Somente em 2013, foram registradas 4.762 mortes de mulheres - o que representa 13 homicídios femininos por dia.

Os dados foram revelados hoje no lançamento do Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

>> Acesse o Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil neste link

Com uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres em 2013, o Brasil piorou no ranking dos países com maior índice de homicídios femininos: passou da sétima posição, em 2010, para a quinta, em 2013, em uma lista de 83 nações.

De acordo com o Mapa, somente El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil - o que é um claro indicador de que os índices do País são excessivamente elevados.

O estudo revelou ainda que a conjugação de discriminações torna as mulheres negras mais expostas à violência fatal. O número de homicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios no período. Já os homicídios de negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875

vítimas.

Confira a repercussão dos dados:

- >> [Mapa da Violência: mídia aborda assassinatos de mulheres nos estados, confira](#)
- >> [As 250 cidades mais violentas do Brasil \(Exame, 10/11/2015\)](#)
- >> [O Brasil, 5º lugar em matança, é muito hostil com as mulheres, por Patrícia Zaidan \(M de Mulher, 10/11/2015\)](#)
- >> [Pequenos e médios municípios encabeçam lista de feminicídios, mostra estudo \(Agência Brasil, 09/11/2015\)](#)
- >> [Mapa da Violência apresenta aumento de homicídios de mulheres \(SPM-PR, 09/11/2015\)](#)
- >> [‘Protagonismo da negra incomoda’, diz secretária sobre alta das mortes \(O Estado de S. Paulo, 09/11/2015\)](#)
- >> [Dados da ONU indicam aumento de denúncias, diz professora \(Terra, 09/11/2015\)](#)
- >> [A cada 4h, uma vítima de violência precisa de atendimento médico \(Portal O Dia, 09/11/2015\)](#)
- >> [Morte de mulheres por homicídio cresce 21% em dez anos, diz estudo \(Folha de S. Paulo, 09/11/2015\)](#)
- >> [Morte de mulheres negras avança 54% em 10 anos \(O Estado de S. Paulo, 09/11/2015\)](#)
- >> [Companheiro é responsável por um terço dos assassinatos \(O Estado de S. Paulo, 09/11/2015\)](#)
- >> [“Violência contra mulher se naturalizou”, diz sociólogo \(O Estado de S. Paulo, 09/11/2015\)](#)
- >> [Mapa da violência mostra que Brasil tem, em média, 13 mulheres assassinadas por dia \(Bom Dia Brasil, 09/11/2015\)](#)
- >> [Homicídios de mulheres negras aumentam 54% em 10 anos, mostra estudo \(Agência Brasil, 09/11/2015\)](#)
- >> [Mais mulheres são assassinadas por ano no Brasil do que na Síria \(El País, 09/11/2015\)](#)
- >> [Morte de mulheres negras dispara com falta de amparo na periferia \(El País, 09/11/2015\)](#)
- >> [18 anos: a idade mais perigosa para mulheres no Brasil \(BBC Brasil, 09/11/2015\)](#)
- >> [Lei Maria da Penha não freia casos de homicídios contra mulheres \(O Globo, 09/11/2015\)](#)
- >> [Homicídios de negras aumentam quase 20% e de brancas caem 12%, diz estudo \(Uol Notícias, 09/11/2015\)](#)
- >> [Entre 2003 e 2013, taxa de homicídios de mulheres aumenta 8,8%, diz estudo \(Uol](#)

[Notícias, 09/11/2015\)](#)

[>> 50,3% das mortes de mulheres envolvem familiar ou parceiro \(G1, 09/11/2015\)](#)

[>> Acre é um dos estados com maior taxa de homicídios de negras \(G1, 09/11/2015\)](#)

[>> Treze mulheres são assassinadas por dia no Brasil; crescimento foi de 21% em uma década \(R7, 09/11/2015\)](#)

[>> Cresce o número de homicídios de mulheres negras e cai o de mulheres brancas \(R7, 09/11/2015\)](#)

[Veja também: No Dossiê Violência contra as Mulheres, especialistas analisam os desafios para coibir o feminicídio no Brasil - uma violência extrema que pode ser e deve evitada](#)